



# Educação no Centro

COMPROMISSO COM A QUALIDADE  
E COM O FUTURO



# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>2</b>
<b>Educação, caminho para igualdade de oportunidades .....</b>	<b>4</b>
<b>A educação no centro: o que realmente queremos? .....</b>	<b>5</b>
<b>Abordagem do Projeto .....</b>	<b>6</b>
<b>O Caminho – Metodologia do Projeto .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 – Contexto e Princípios .....</b>	<b>11</b>
<b>A Educação Pública no Brasil e o MDB – História e Contexto.....</b>	<b>11</b>
<b>Os Princípios do Projeto <i>Educação no Centro</i>.....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 2 – Vetores Prioritários: Uma Educação a Favor do Brasil ....</b>	<b>20</b>
<b>Vetor 1 - Atenção à Primeira Infância e à Educação Infantil.....</b>	<b>23</b>
<b>Vetor 2 - Ensino Médio e Educação Profissionalizante para Inserção Produtiva .....</b>	<b>25</b>
<b>Vetor 3 - Ampliação do Tempo e da Oferta da Educação Integral .....</b>	<b>27</b>
<b>Vetor 4 - Formação Inicial e Continuada dos Professores .....</b>	<b>29</b>
<b>Vetor 5 - Gestão Escolar Eficiente e Seleção de Gestores .....</b>	<b>30</b>
<b>Capítulo 3 – A Educação como Solução.....</b>	<b>32</b>
<b><i>Educação no Centro</i> é uma Plataforma Aberta.....</b>	<b>37</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>38</b>
<b>Referências .....</b>	<b>39</b>



# Projeto *Educação no Centro*: Compromisso com a Qualidade e com o Futuro

## Apresentação

Educação de qualidade é a base para o desenvolvimento humano. Seja para a transformação do indivíduo na sua relação com o mundo, seja para elevar a qualidade das relações em toda uma coletividade. A Educação provou ser, perante a História, a base de desenvolvimento dos agrupamentos humanos, dos países, das nações. Cada vez mais, nestas primeiras décadas do século 21, aprofunda-se a consciência de que a Educação é o maior e mais poderoso instrumento democrático da cidadania.

Os diversos desdobramentos do projeto *Educação no Centro* aconteceram a partir da consciência de que ou o Brasil dá um grande passo nos níveis de qualidade de sua Educação Pública ou permanecerá, inevitavelmente, um país imensamente desigual, social e economicamente, ainda por muitas e muitas décadas. A Educação Pública é, muitas vezes, encarada por lideranças e gestores públicos como um tema político menor, que serve apenas ao embate político; em outros momentos, a Educação é colocada em um plano de conformismo e resignação, como um problema insolúvel, um gargalo insuperável.

Para a Fundação Ulysses Guimarães, a Educação, e principalmente a Educação Pública constituem o fundamento primordial **de uma solução estruturante e democrática de desenvolvimento humano e econômico para o país**. Nesse conceito reside a gênese do projeto *Educação no Centro*.

Todas as diretrizes que dão base às ações previstas neste projeto têm esse compromisso e essa visão primordial: a Educação como o grande roteiro nacional na busca e na conquista de uma sociedade menos desigual e com oportunidades para todos.

Este documento pretende ser o início de um intenso e amplo debate. Todo esse processo de transição que imaginamos para um novo patamar em termos de Educação no Brasil não é inseparável

dos demais temas também relevantes para o desenvolvimento e para o futuro do nosso país, incluindo-se aí a economia. As diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, definem que a educação básica é um direito de todos. O que constatamos, porém, ao entrar na terceira década deste século, é que o principal desafio, hoje, é justamente como atender a todos – e como atender a todos com educação de qualidade.

Nesse sentido, este documento propõe caminhos, soluções que sejam objetivas e exequíveis, ainda que graduais, que atendam a todos os brasileiros, sem qualquer distinção ou discriminação. Procuramos uma visão humanista, um ponto de equilíbrio e racionalidade que não se deixe tolher por encaixes ideológicos vinculados à polarização e ao extremismo vigente.

O documento é propositivo e funciona como uma síntese de plataforma de governo na temática da Educação, para apoiar os governos estaduais e municipais, e para colaborar na referência dos posicionamentos do MDB e das forças políticas que compõem o centro democrático.

O nome escolhido pela Fundação Ulysses Guimarães para o projeto vai nessa direção: *Educação no Centro*. O centro democrático não é uma posição entre dois polos, de simples neutralidade ou isenção. É uma posição enfática de defesa do equilíbrio de direitos, do Estado e da sociedade, de um pensamento plural e diverso, de tolerância mútua e responsabilidade. A gestão da educação deve ser compreendida e promovida por meio de processos permanentes de capacitação e de aprendizado, com a participação integrada da União, Estados e municípios.

## Soluções e foco no resultado

Mais do que a busca de um conteúdo inovador ou inédito, o *Educação no Centro* é, sobretudo, um documento que articula propostas e soluções que priorizam a educação de qualidade, a partir da escuta a atores políticos, organizações, especialistas e

gestores públicos que trabalham com o tema há um longo tempo.

Não há dúvida de que os esforços por uma educação de qualidade para todos estão no centro das políticas públicas sociais, como um meio de criação de oportunidades, como base para o desenvolvimento humano e para a prosperidade individual e coletiva. Compõe também um dos elementos mais importantes para a consolidação da democracia e de uma visão diversa, abrangente e inclusiva de país, visão que se constitui em um dos fundamentos programáticos do MDB, na busca de um ambiente de maior igualdade de oportunidades para os brasileiros, em um Brasil no qual as pessoas se desenvolvam e melhorem suas vidas com um olhar para as gerações futuras.

A forma de atingir esse objetivo é fundamentalmente pela via da manutenção e ampliação dos direitos de acesso a um novo ambiente educacional, que, a partir de uma visão objetiva da realidade, contemple os grandes desafios sociais e econômicos do nosso tempo.

O duríssimo período de dificuldades vividos pelo setor de educação durante a pandemia da Covid-19 não pode ficar sem uma resposta consistente. Tanto por parte dos governos federal, estadual e municipal, quanto por parte dos partidos e lideranças políticas, em uma construção vigorosa e responsável com a sociedade – todos somos responsáveis.

Sociedade civil, partidos políticos, academia e o setor privado da economia precisam empreender um grande esforço colaborativo nos próximos anos.

São essas algumas das mensagens que, através deste documento-base, queremos levar a nossas lideranças políticas, no sentido de ajudar a atualizar visões e conceitos. Procuramos sintetizar e roteirizar alguns pontos de um tema que é complexo e tecnicamente desafiante, e que, felizmente, tem recebido atenção de inúmeros grupos pensantes em nosso país. O grande movimento que cresce e começa a criar raízes no Brasil nos faz entender que a causa da Educação de qualidade para todos é uma das principais causas nacionais desta década e continuará sendo – tudo o indica – em um futuro maior.

# Educação, caminho para igualdade de oportunidades

A Fundação Ulysses Guimarães resolveu assumir diretamente o tema da educação. Por isso, hoje, apresenta ao país e ao MDB o projeto *Educação no Centro*. Nossa intenção foi ligar o tema da educação ao centro democrático no Brasil, fazendo com que esse caminho político do centro construísse e indicasse propostas concretas para a educação, que sejam realmente uma solução de vida.

O MDB é um partido com mais de 50 anos de existência, com tradição histórica e um vínculo profundo com a democracia, as liberdades, as garantias dos direitos fundamentais, da Constituição, do Estado de Direito, e por isso tem o dever e o papel de fazer da educação um tema prioritário para as nossas atividades e posicionamentos políticos.

Essa ferramenta chamada Educação não deve ser usada apenas para redefinir o novo projeto didático-pedagógico para as escolas, mas também ser utilizada com todos os setores econômicos e produtivos, para que possam fazer alianças com os mais diversos setores e utilizar a educação e a habilitação profissional como ferramenta de solução de vida para as pessoas.

O presente documento foi construído após ouvir dezenas de especialistas, debater com profundidade o tema, para que a FUG pudesse assumir com determinação esse trabalho de investigação e pesquisa sobre a educação no Brasil e colocar a temática no centro das suas atividades. A partir deste documento, baseado em estudos, nossos representantes políticos do MDB terão a oportunidade de transformar a educação em um elemento fundamental da nossa atividade política.

As mãos não conseguem construir o que a cabeça não conhece. Por isso, a educação é essencial para darmos um salto de qualidade na vida do país, possibilitando igualdade de oportunidades e reduzindo os obstáculos que desigualam a nossa sociedade.

*Alceu Moreira*

Presidente Nacional da Fundação Ulysses Guimarães



# A educação no centro: o que realmente queremos?

Ainda não é uma doutrina acabada, ainda não é um programa partidário, é, ainda, uma primeira indicação de diretrizes. Mesmo assim, trata-se de um documento inédito na história do nosso partido. Um documento que configura, para nós, um novo estágio de tratamento do tema talvez mais estratégico e sensível do Brasil contemporâneo: o tema da Educação.

A Educação é o desafio primacial do Brasil.

A Educação das próximas décadas irá definir o lugar que temos no mundo como nação.

Este documento é, portanto, um primeiro passo. Um marco inicial. Mas é também, desde agora, um posicionamento.

Um posicionamento firme e vigoroso do nosso partido.

Apontamos aqui as linhas de progresso e transformações na Educação com as quais concordamos e sobre as quais queremos trabalhar como partido político, a partir da Fundação Ulysses Guimarães, tendo como protagonistas as unidades de governo e de representação parlamentar que estão sob a responsabilidade do MDB em todo o Brasil.

Vemos a educação de crianças e jovens como o caminho fundamental, senão a via única ou mais importante, para resgatar a possibilidade de um futuro de progresso, humanização, prosperidade e desenvolvimento para o nosso país.

Sob orientação da Presidência da Fundação Ulysses Guimarães, este documento foi desenvolvido por uma equipe de trabalho sob a coordenação do nosso Conselho Editorial.

O que desejamos todos, ao ensejo da entrega deste documento à direção nacional do MDB, aos nossos senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores, vice-governadores, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e dirigentes de todos os níveis, além da plêiade imensa de candidatos do nosso partido à Presidência da República, aos governos de estado, à Câmara Federal e ao Senado - que neste momento se preparam para uma das mais decisivas e marcantes eleições da história republicana - é fincar uma bandeira na nossa longa trajetória de lutas. Uma bandeira da qual queremos nos orgulhar, uma grande bandeira que, já ao ser desfraldada, atesta compromisso com um Brasil melhor. Um Brasil melhor - para as gerações de hoje e do futuro.

*José Fogaça*

Presidente do Conselho Editorial da Fundação Ulysses Guimarães

# Abordagem do Projeto

Após análise da relevância do tema da Educação frente ao estágio de desenvolvimento do Brasil neste final das duas primeiras décadas do século 21, após a observação detalhada das diversas e possíveis abordagens sobre o tema da Educação no Brasil pelo nosso Conselho Editorial, foi consenso que a Fundação Ulysses Guimarães deveria direcionar seus esforços no sentido de construir o seu posicionamento acerca da Educação a partir da consciência de que esse é o grande tema para o presente e para o futuro do país. Decidimos, então, sob a coordenação da Presidência Nacional da Fundação e sempre muito próximos da Direção Nacional do MDB, iniciar os estudos, encontros, debates e pesquisas em torno de um projeto cujo escopo seja atender às preeminentes demandas pós-pandemia e às prioridades que possam se transformar em políticas públicas de Educação ou em linhas de gestão em curto e médio prazos, aplicáveis na atuação política nacional, estadual e municipal.

Compreendendo que as mudanças dos últimos dois anos trouxeram formas heterogêneas de trabalho e efeitos diferentes em lugares diferentes, *Educação no Centro* se concentrou no debate, na apresentação de propostas e na priorização de políticas públicas que abrangem os anos iniciais (Educação Infantil) e anos finais (Ensino Médio) de ensino-aprendizagem na Educação Básica, de modo a concentrar impacto positivo onde há maior defasagem e onde se observam as situações mais críticas quanto à oportunidade de crescimento.

A retomada da aprendizagem terá avanços significativos ao maximizar ações para atrair e trazer mais crianças e jovens às salas de aula, promovendo a transformação efetiva em suas vidas, principalmente daqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade social ou econômica, em risco ou que estejam excluídos.

A Fundação Ulysses Guimarães acredita que a educação é o caminho para o empoderamento econômico, mobilidade social — intra ou intergeracional — ascendente para os grupos mais vulneráveis. Para isso, propõe ações associadas a políticas públicas permanentes. A finalidade maior é reduzir a crônica desigualdade de oportunidades no Brasil.

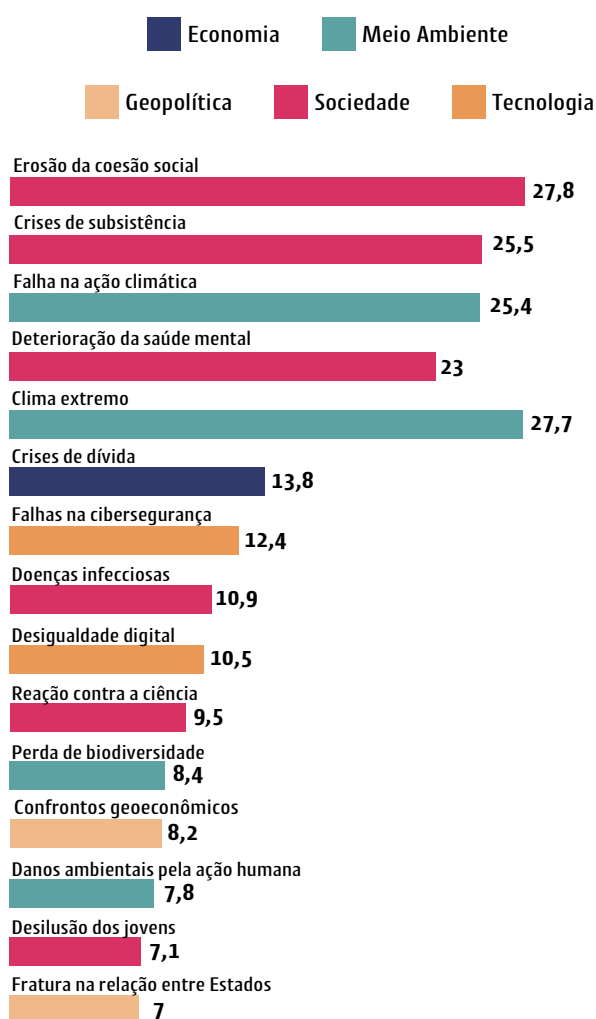
## Preocupações e ameaças à coesão social pós-Covid-19

As questões sociais são uma das maiores preocupações de especialistas e lideranças globais, após dois anos da pandemia de Covid-19, conforme indica o gráfico a seguir. Para os entrevistados, "erosão da coesão social", "crises de subsistência" e "deterioração da saúde mental" são três dos cinco riscos vistos como as ameaças mais preocupantes para o mundo nos próximos anos.

Esses fatores têm uma clara relação com os processos educacionais, pois esses processos dependem diretamente da interação humana, da atenção à criança e ao jovem, e da formação de uma mínima coesão social a partir do núcleo agregador que é a escola.

### Percepção de risco pós-Covid-19

As ameaças iminentes ao mundo mais citadas pelos entrevistados (em%):



The Global Risk Report 2022, Fórum Econômico Mundial



## Níveis de ensino e principais temas transversais priorizados no Educação no Centro:



A educação escolar brasileira se divide, oficialmente, em níveis de ensino:

### Educação Básica

- Educação Infantil (de zero a três anos) — Pré-Escola (quatro a seis anos)
- Ensino Fundamental (de seis a 14 anos)
- Ensino Médio (de 15 a 17 anos)
- Ensino Médio Técnico: cursos técnicos em períodos contratuais — duração variável, de um a três anos.

### Outras modalidades de Educação Básica

- Educação de Jovens e Adultos (EJA): atende quem não teve a oportunidade de cursar o Ensino Fundamental ou Médio na idade prevista.
- Educação no campo: escolas adaptadas às peculiaridades da vida rural e de cada região, com seus próprios currículos, métodos didáticos e calendário.
- Educação especial: escolas com adaptações físicas e de matérias escolares para alunos com algum tipo de deficiência (física ou mental).

### Educação Superior

- Graduação: Curso técnico superior - dois ou três anos
- Curso superior: quatro anos ou mais
- Pós-Graduação: Mestrado (*stricto sensu*, *lato sensu*)
- Mestrado Profissionalizante
- Programa de Pós-Graduação: Mestrado (*stricto sensu*) e Doutorado
- Pós-Doutorado

# O Caminho – Metodologia do Projeto

A partir da formação de Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Conselho Editorial da Fundação Ulysses Guimarães, o projeto *Educação no Centro* percorreu um longo caminho até a sintetização contida neste documento.

O primeiro passo envolveu ampla escuta de profissionais especialistas no tema, que ajudaram a colocar luz sobre questões importantes e nas prioridades que teriam impacto direto e positivo na vida dos brasileiros no curto e médio prazos. Dessa maneira, o grupo de trabalho procurou entender todas as variáveis que influenciam e determinam a melhoria da qualidade da educação, observando atividades referentes à gestão, uso de tecnologias digitais, equipamentos educacionais, infraestrutura escolar, entre outros pontos de interesse que digam respeito a um novo patamar de qualidade da educação no Brasil.

Em seguida, foram convidados os líderes partidários no Congresso Nacional — senadores e deputados — que estão à frente de projetos e avanços em políticas públicas educacionais, para contribuir com o que emana do debate democrático do Poder Legislativo.

É na ação política e na movimentação parlamentar que se constituirá o cenário maior de construção, aprofundamento e realinhamento de projetos e políticas públicas para a evolução do modelo de educação para o Brasil.

## Painéis e debates on-line

Para estimular a busca de soluções práticas e ouvir a experiência de muitos dos principais formuladores brasileiros, nessa questão, a Fundação Ulysses Guimarães promoveu cinco painéis para debate on-line, reunindo atores das principais organizações sociais da área de educação no país, de forma a abrir o diálogo, suscitar questões e posicionamentos convergentes.

## Passo a passo do projeto *Educação no Centro*

<b>26/1</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>1/2</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>8/2</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>15/2</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG com o Deputado Raul Henry e o Senador Confúcio Moura</li></ul>
<b>22/2</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG com o Senador Marcelo Castro</li></ul>
<b>24/2</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG com representantes do Movimento Todos pela Educação – Lucas Hoogerbrugge, Ivan Gontijo, Marina Rosa, Manuela de Souza Pereira</li></ul>
<b>8 a 10/3</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reuniões do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>12/4</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>19/4</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>25/4</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>26/4</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Participação do GT FUG como ouvintes no evento anual do Todos pela Educação – Lançamento do documento <i>Educação Já 2022</i></li></ul>
<b>3/5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG</li></ul>
<b>16/5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Painel I – Como expandir a atenção à Primeira Infância e à Educação Infantil – Naércio Menezes Filho (Insper) e Larissa Araújo Santos (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal)</li></ul>
<b>17/5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Painel II – Ensino Médio e Educação Profissionalizante – Cláudio Moura e Castro, Cynthia Sanches (Instituto Ayrton Senna), Carla Christine Chiamareli (Itaú Educação e Trabalho), José Paulo da Rosa (Sesc-RS e Senac-RS)</li></ul>
<b>18/5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Painel III – Ampliação do Tempo e da Oferta da Educação Integral / Formação Inicial e Continuada dos Professores / Gestão Escolar Eficiente e Seleção de Gestores – Sérgio Firpo (Insper), Haroldo Rocha (Movimento Profissão Docente), Rodrigo Neves (Instituto Áquila), Heloisa Morel e Mariana Breim (Instituto Península)</li></ul>
<b>24/5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Painel IV – Alfabetização e Ensino Médio Integral – Anita Stefani e Yuri Oliveira (Instituto Natura), Weber Sutti e Barbara Panseri (Fundação Lemann)</li></ul>
<b>14/6</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião do Grupo de Trabalho FUG com representantes do Movimento Agenda 227: Inclusão, Saúde e Educação – Renato Godoy (Instituto Alana); Rodrigo Mendes (Instituto Rodrigo Mendes); Márcia Woods (Fundação José Luiz Setúbal), Natacha Costa (Associação Cidade Escola Aprendiz) e Américo Sampaio (Instituto Clima e Sociedade).</li></ul>
<b>12/8</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lançamento do documento <i>Educação no Centro</i></li></ul>



# Capítulo 1

## Contexto e Princípios

### A Educação Pública no Brasil e o MDB – História e Contexto

A educação pública no país tem sido objeto de política pública nacional no Brasil republicano de forma mais coordenada, especialmente a partir da Era Vargas, quando foi criado um ministério para tratar dos assuntos pertinentes, em novembro de 1930, e quando foi estruturado o Conselho Nacional de Educação, em 1931.

A chamada Reforma Capanema, de 1942, liderada pelo ministro Gustavo Capanema, trazia uma primeira tentativa de adequar o sistema educacional ao sistema produtivo e à divisão do trabalho da época. Com a organização da educação em diferentes níveis e áreas de interesse - superior, industrial, comercial, primária e normal-, imprimiu-se uma ordem ao sistema educacional brasileiro. Na prática, a reforma principalmente consolidava o ensino secundário (hoje equivalente ao ensino médio) e garantia sua expansão, impulsionando a educação profissionalizante pública, a partir da criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946).

A partir de 1948, iniciou-se no Congresso Nacional a discussão de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) mais ampla para a educação, incluindo a obrigatoriedade de matrícula nos quatro primeiros anos do Ensino Primário. A nova legislação representaria um avanço extraordinário em um Brasil que dava seus primeiros passos em prol da industrialização, mas sua aprovação pelo Congresso Nacional veio a acontecer apenas 13 anos mais tarde, em 1961.

Em 1962, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), seguindo a primeira LDB. Consistia em metas quantitativas e qualitativas, afirmava o compromisso federal com a coordenação da educação e a qualidade de ensino e priorizava a redução do analfabetismo acima dos 10 anos de idade.

Com a Lei 5962/71, o governo militar empreendeu as mudanças que ficaram conhecidas como "Reforma do Ensino". Dois dos mais importantes pontos da reforma eram: a criação do 1º e do 2º grau e o estabelecimento do ano letivo mínimo de 180 dias. Sem uma discussão mais profunda por parte da sociedade brasileira, estando o Congresso Nacional constrangido pela vigência do Ato Institucional nº 5, pode-se dizer que a nova estrutura da educação no Brasil foi implantada sem ser precedida por um amplo e aberto debate nacional, vale dizer: sem observância das regras básicas da democracia. Apesar disso, teve longa duração.

A "Reforma do Ensino" de 1971 causou profundo impacto na estrutura educacional do país. O Ensino de 2º Grau passava a ser obrigatoriamente profissionalizante em todas as escolas do país que oferecessem esse nível de ensino. Introduzia-se à força, e sem uma avaliação franca e realista da estrutura educacional do país, o conceito de "terminalidade" ao fim da educação básica: o estudante devia concluir o nível médio totalmente preparado para exercer uma profissão.

A profissionalização requeria uma grande reestruturação nas escolas: mudanças pedagógicas importantes, investimentos elevados em nova infraestrutura de laboratórios e oficinas, financiamento à qualificação de professores em áreas profissionalizantes e a aceitação incontinente, por parte destes, em atuar no novo modelo.

As falhas cometidas pelo governo militar na Reforma do Ensino de 1971 talvez tenham tido, pelo menos, o efeito de ajudar a balizar muitas das mudanças trazidas recentemente na Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017. Notoriamente, a reforma atual procurou não repetir os mesmos erros.

Em 1974, a questão da assistência técnica e da municipalização do ensino do então 1º Grau passou a ser tratada de forma mais estruturada, com o Promunicípio (Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal).

O início do governo José Sarney, com o plano Educação para Todos, de 1985, projetava a universalização do ensino como meta e foco principal. Ao trazer maior detalhamento de temas como programas de aperfeiçoamento e valorização de professores, distribuição de material escolar e livros didáticos, incremento e qualificação da merenda escolar e recuperação e expansão da infraestrutura (construção de mais escolas e salas de aula), o Educação para Todos representou um vetor importante na evolução das políticas públicas de educação no Brasil. Iniciava-se uma era em que se tornava importante e prioritário "não haver criança sem escola no Brasil". Pela primeira vez, o país encarava como responsabilidade do Estado a dura realidade da limitação e da escassez de vagas no ensino público, realidade que permeava toda a nossa história, da Monarquia à República, sem nunca ter sido devidamente enfrentada.

No contexto da Assembleia Nacional Constituinte, as discussões levaram a um texto que proclamou a relevância das práticas de avaliação educacional e de gestão democrática e descentralizada na educação. Em 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica passou a tratar de forma mais estruturada essa questão, embora seus resultados concretos na melhoria da qualidade do ensino venham sendo, desde então, um tanto quanto lentos e insatisfatórios, considerando o país como um todo. A avaliação plena e categórica da educação básica ainda é uma questão a ser resolvida no Brasil moderno.

O Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), desenvolvido e implementado entre 1995 e 2007, voltava-se principalmente ao apoio à gestão educacional e escolar, com elementos como

organização e planejamento de secretaria, Escola de Gestores, Programa de Melhoria da Escola e apoio aos dirigentes municipais.

Com a redemocratização, uma nova e mais ampla Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), prevista na Constituição de 1988, apenas foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1996. Embora sua aprovação só tenha acontecido oito anos depois da promulgação da Constituição, a nova LDB trouxe importantes avanços: a educação infantil (creches e pré-escolas) foi incluída como etapa inicial da educação básica, e o ensino fundamental passou a ser obrigatório e gratuito. A LDB de 1996 instituiu a atual divisão e organização da educação no Brasil. Nas décadas seguintes, desdobrou-se toda a sua regulamentação: em 2001, o Plano Nacional de Educação, elaborado para um prazo de 10 anos, buscou detalhar a implementação da LDB aprovada em 1996; em 2010, o Plano de Desenvolvimento da Educação propôs 64 programas para melhoria da educação básica; uma nova versão do Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, foi elaborada em 2014, com 20 metas.

## **O foco na universalização**

Após a LDB de 1996, quase todo o esforço na área de educação no Brasil se concentrou na busca da universalização. A criação de vagas, a construção de escolas para atender à demanda e a obtenção de melhores índices de escolaridade pela população foram o que orientou grande parte dos investimentos públicos em educação. A redução do analfabetismo, é preciso dizer, sempre recebeu o *status* de prioridade na segunda parte do século 20, com acentuada e recorrente presença no discurso político e nos textos técnicos. A pirâmide demográfica exigia expansão contínua da rede e de matrículas, e esse foi o foco principal das políticas públicas da área de educação. Lamentavelmente, o esforço por expansão da oferta de vagas na educação básica não foi acompanhado, a par e passo, por um esforço em prol da qualidade.

## **Histórico do envolvimento do MDB com o debate da educação**

O MDB, durante todo o período da resistência democrática, participou das comissões de educação no Congresso Nacional, sempre trazendo proposições e atenção plena às necessidades de priorização e denúncia sobre o tema, mesmo durante a vigência dos Atos Institucionais, da censura e sob ameaça de cassações.

O documento "Esperança e Mudança", elaborado em 1981 e 1982 e lançado em 1982, que nascera como uma plataforma mais ampla do recém-reformulado PMDB, já trazia, nos capítulos "A transformação democrática" e "Uma nova estratégia de desenvolvimento social", propostas importantes de reorganização da Educação no Brasil, propostas, aliás, que viriam a se concretizar no texto da Constituição de 1988 e em todas as reformas subseqüentes da legislação complementar respectiva.

O documento "Democracia com Desenvolvimento", aprovado em convenção partidária em maio de 1994 e registrado na convenção de 1996, apresentava uma releitura e atualização doutrinária de diversas questões, à luz das mudanças que haviam ocorrido no país desde a democratização, enfatizando o direito à educação de qualidade e o apoio às instituições da Escola e da Universidade. Elementos como a ênfase em qualidade e a garantia de financiamento passam a ser prioridade.

Nesse contexto, como uma das principais bancadas no Congresso Nacional, o MDB foi decisivo na instituição e aprovação do FUNDEF, o fundo que garantiu o financiamento e a expansão do ensino fundamental e que, principalmente, propiciou o custeio dos salários de professores

durante sua vigência, entre 1997 e 2006. O FUNDEF tornou-se, com certeza, um dos programas de gestão e mudança mais consequentes da história da educação brasileira, sendo responsável pelo atingimento de uma meta perseguida e desejada no país desde o advento da República: a universalização do ensino fundamental. Pode-se e deve-se dizer, com toda a ênfase, que o FUNDEF é um momento culminante do século 21, no que diz respeito à trajetória educacional do nosso país.

A partir de 2006, o FUNDEF foi mantido e aperfeiçoado com nova denominação: FUNDEB (abrangendo a educação básica). O FUNDEB tornou-se uma extensão do FUNDEF, adaptado às novas realidades econômicas e demográficas do país.

O documento "Ponte para o Futuro", lançado em 2015 pelo MDB, trata especialmente de mudanças econômicas e da reorganização institucional do Estado, visando, em última análise e entre outros objetivos relevantes, permitir investimentos na educação, juntamente com pesquisa, ciência e tecnologia.

Durante o governo do Presidente Michel Temer, registrou-se um grande passo na melhoria da educação básica, através da reformulação do ensino médio. No final da segunda década deste século, era cada vez mais evidente o esvaziamento estrutural do ensino médio e sua total defasagem em relação à realidade do país. A Reforma, aprovada em 2017, ousada e inovadora, procura revigorar as bases do ensino médio, para torná-lo consentâneo com as grandes transformações que definem a época em que vivemos: promove uma grande reestruturação dos currículos e induz a um decidido compromisso de qualidade na aprendizagem, além de contemplar o ensino técnico. A proporção de alunos do ensino médio com educação integral aumentou de 5,9% em 2015 para 9,5% ao final de 2018.

A ênfase na primeira infância começa a crescer no Brasil a partir dos anos 2000, sustentada pelo programa Primeira Infância Melhor, implementado pelo MDB no estado do Rio Grande do Sul a partir de 2003, iniciando a integração entre saúde, educação e área social. O programa é posteriormente implementado em nível federal e ampliado a partir do Criança Feliz, instituído a partir de 2016.

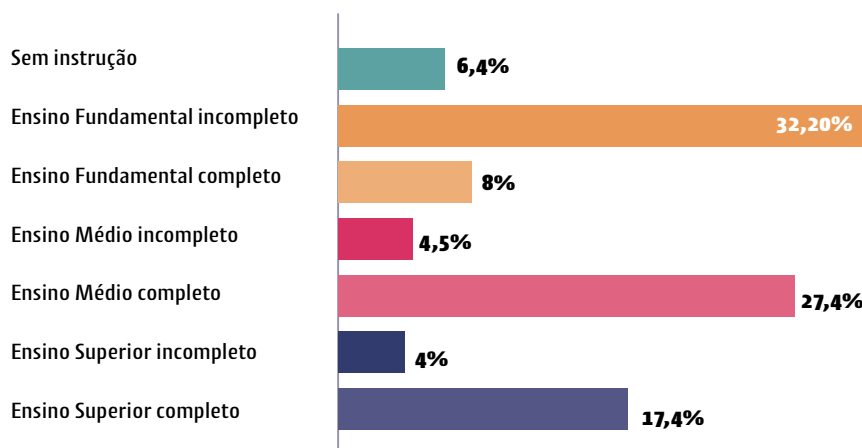
## **A evolução do foco, da universalização para a qualidade**

A despeito dos grandes desafios que envolvem a dimensão populacional do Brasil e todas as questões sociais que influenciam a educação, os indicadores brasileiros de universalização do ensino e redução do analfabetismo tiveram inegáveis avanços, frente aos precedentes históricos.

No entanto, há um desafio essencial que o Brasil está tendo dificuldade em vencer: se a educação é para todos, o aumento da qualidade da educação também deve ser para todos. O repto é simples: quantidade e qualidade devem andar juntas. Por vários parâmetros nacionais e internacionais, nossa educação, ainda que acessível a um número maior de jovens, tem dificuldades em vencer a barreira da qualidade. A qualidade não é apenas uma questão técnico-pedagógica. A qualidade da educação tem a ver com a condição humana, é um fator de justiça social, isto é, de redução das desigualdades que ainda assolam nosso país. A educação precisa ser efetivamente um elemento de transformação social e de maior inclusão produtiva no Brasil.

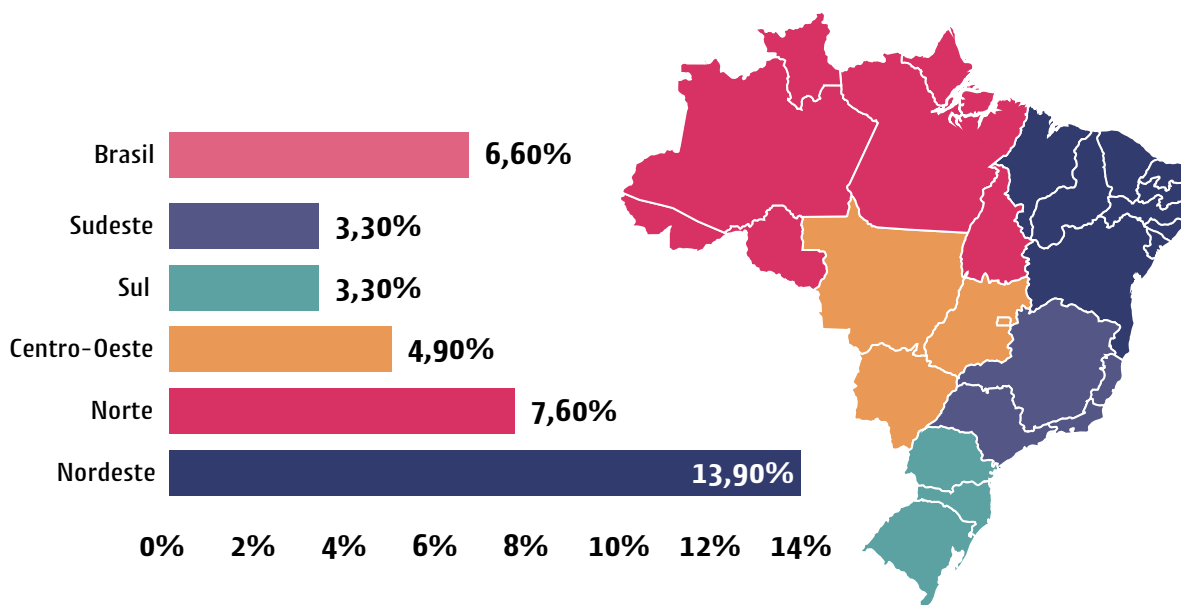
O quadro a seguir, o qual representa o nível de instrução da população com mais de 25 anos em 2019, permite constatar que a universalização avançou consideravelmente em nosso país, ainda que, comparados aos patamares internacionais, esses índices finais sejam medianos. Medianos, mas, ainda assim, importantes: ao considerar-se a progressão desde 1960, o analfabetismo cai de 46% para 6,6%, enquanto o ensino superior completo aumenta de 1% para 17,4%.

### Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade (Brasil - 2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

### Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 ou mais anos de idade (2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.



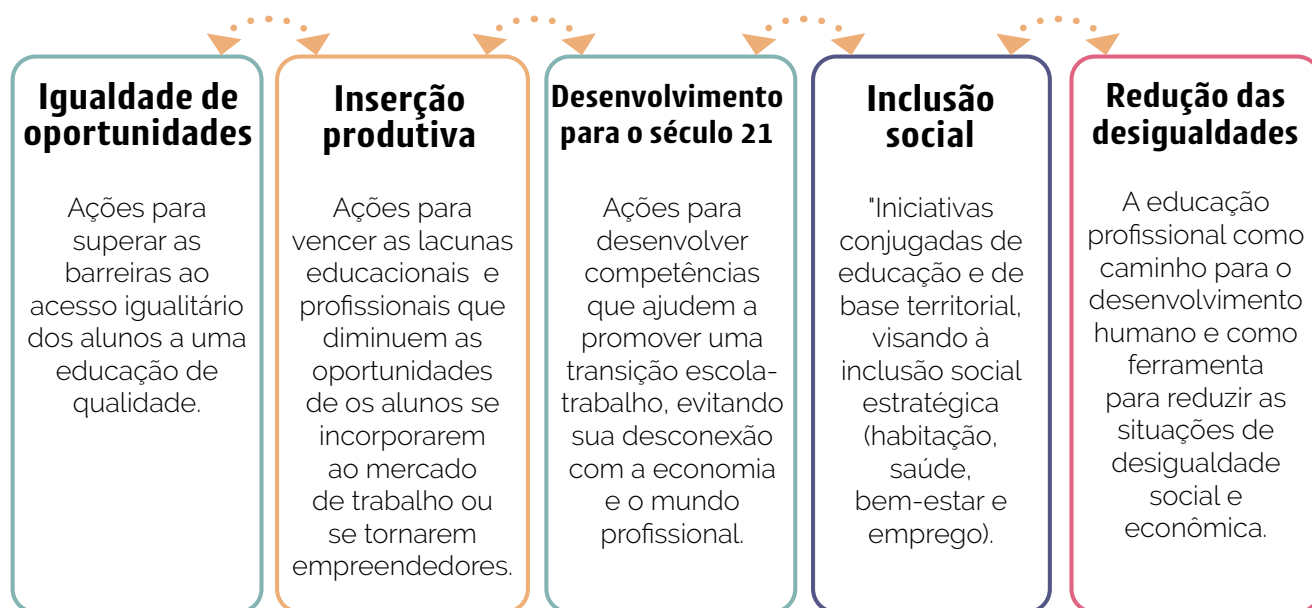
## EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO (%) - BRASIL 1960 - 1990

Nível de educação	1960	1970	1980	1990
Analfabetos	46	43	33	22
Fundamental 1ª fase	41	40	40	40
Fundamental 2ª fase	10	12	14	19
Médio	2	4	7	13
Superior	1	2	5	8

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento humano, 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996

## Os Princípios do Projeto *Educação no Centro*

Considerando a ênfase nos anos iniciais e finais da Educação Básica e as suas transversalidades que serão mencionadas posteriormente, o projeto *Educação no Centro* tem um conjunto de princípios básicos e de ações correspondentes.



Para que esses princípios possam tomar forma e se concretizar em ações efetivas, há **quatro pontos centrais catalisadores sobre o processo educacional** que devem ser observados e colocados em prática. Esses pontos centrais, detalhados a seguir, são fundamentais para o fortalecimento das políticas educacionais, porque apontam claramente para uma integração ampla da educação com todo um espectro de políticas públicas na área social e econômica, além de abrir uma significativa e constante relação de mão dupla entre o nível de desenvolvimento do setor produtivo e a formação de capital humano e social. Por isso, estão presentes transversalmente em todos os vetores prioritários identificados no projeto *Educação no Centro*.

## **Quatro pontos catalisadores da educação (válidos para todos os vetores)**

### **1. Governança e Gestão de Recursos – Implementação do Sistema Nacional de Educação**

O Brasil tem investimentos públicos em educação assegurados por lei em todos os níveis de governo. No entanto, é indispensável afirmar que esses investimentos públicos, após tantos anos, ainda não conseguiram produzir os efeitos positivos esperados. Os resultados ainda são demorados e insuficientes. Há, ainda, uma improficuidade de gestão atada ao nosso sistema educacional que precisa ser reconhecida e enfrentada.

O Governo Federal tem elevada responsabilidade nessa matéria, acima de qualquer outro ente da federação, porque a educação brasileira, principalmente a educação básica, carece de uma ativa coordenação nacional. A melhor governança dos recursos destinados à educação está ligada à capacidade de gestão e articulação de cada ente - União, Estados e municípios - em cumprir suas obrigações constitucionais.

Com a aprovação pelo Senado Federal do Sistema Nacional de Educação (SNE), pendente ainda de análise pela Câmara dos Deputados (em agosto de 2022), cabe ressaltar o importante papel do Governo Federal na articulação e coordenação de sua implementação e no desempenho do papel natural de liderança que deve exercer sobre os entes da federação, procurando estabelecer melhores formas de cooperação e colaboração.

O SNE é a espinha dorsal do fortalecimento da governança para aproximar as redes. Ele traz, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e outros sistemas nacionais, a solução de governança para que os governos - federal, estaduais e municipais - possam evoluir em pactuação e sinergia nas políticas públicas e práticas de educação.

Uma conquista histórica para a educação brasileira, o SNE tem por finalidade regular a pactuação e a complementaridade dos três entes na causa mais estratégica para o desenvolvimento do país, que é a educação. O SNE permite projetar, com tecnologia e condições de integração nacional, uma educação com maior foco em gestão, indicadores e transparência.

Dessa forma, com atribuições bem definidas e com a construção de instâncias de governança, gestão e regulação, será possível fazer com que os avanços nas políticas de educação realmente cheguem a todas as escolas públicas brasileiras com maior rapidez, adaptadas às realidades locais e regionais.

Incrementar e instrumentar as ações do Ministério da Educação para essa coordenação e "orquestração descentralizada" é fundamental. O SNE propiciará o melhor gerenciamento de temas importantes como avaliação, formação de professores, valorização da carreira, implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de proporcionar condições mais objetivas e confiáveis para a obtenção de indicadores efetivos de medição da qualidade.

### **Regime de colaboração**

O regime de colaboração é uma solução a ser estimulada pelo Sistema Nacional e pelo Ministério da Educação, sendo praticado com muito sucesso em alguns estados brasileiros, os quais conseguiram alavancar a qualidade percebida de sua educação. A partir do diálogo e da troca de apoio entre o governo estadual e os municípios, devem ser oferecidos melhores instrumentos de políticas públicas e referência normativa para implementação de regimes de colaboração.

## **Governança específica para integração de ações na Primeira Infância**

As ações para a Primeira Infância devem ser objeto de uma esfera de governança específica, de modo a integrar ações conjuntas de educação, saúde e da área social. Especialistas consultados têm opinião convergente com a do Grupo de Trabalho de Educação de que, idealmente, a questão da Primeira Infância deveria ser coordenada a partir de uma Secretaria Especial da Presidência da República, com unidades em cada um dos Ministérios envolvidos, integrando informações, esforços e políticas sobre uma comunidade, uma família ou criança.

## **A importância do Censo Escolar e da Lei Geral de Proteção de Dados**

O respeito à Lei Geral de Proteção de Dados, que protege a informação individual dos cidadãos brasileiros, e ao Estatuto da Criança e do Adolescente exige um cuidado especial com as informações que, por vezes, são compartilhadas com agentes da saúde e da área social.

No entanto, o Censo Escolar, com a sua informação por unidade/escola, bairro, município, Estado e totalização nacional, é fundamental para o planejamento e para o acompanhamento das políticas de educação. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) precisa do apoio necessário para desempenhar essa função, e o Censo deve — e pode — ser aprimorado. Sua divulgação necessita ser ampla e de conhecimento público, inclusive com informações totalizadas por unidade (escola), em todos os níveis, a partir da Educação Infantil.

## **2. Compromisso com a Agenda 2030 da ONU**

Desde setembro de 2015, o Brasil adota e participa da Agenda 2030, que requer iniciativas — sejam federais, estaduais ou municipais — para assegurar a implementação do ODS 4 (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável) por uma Educação de Qualidade. Para isso, é essencial que as metas estabelecidas sejam incorporadas a políticas, programas e planos de governo, com um monitoramento mais integrado e transparente.

O ODS 4 coloca um grande desafio para o país até 2030: “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

## **3. Inclusão Digital**

A tecnologia e o digital vêm se tornando realidade para todos os setores. A transformação digital ocorrida nos últimos anos acelerou a adoção de novas práticas, técnicas e conhecimentos, e os alunos precisam se preparar para o futuro do trabalho. A tecnologia digital permite um novo modo de ensinar, exigindo a reconfiguração da educação pública e promovendo a integração nacional de conteúdo e perspectivas.

O Brasil precisa se desenvolver em alta velocidade para incentivar e promover um ambiente consistente com essas novas soluções, para que essa migração no modo de pensar a escola aconteça, sobretudo, na formação de professores, no apoio a quem estuda em tempo integral, no auxílio ao trabalho de interação e colaboração entre os estudantes e no aumento da relação ensino-aprendizagem da educação profissional.

## **4. Sinergia Total entre as Políticas da Educação com Saúde e Área Social**

As políticas na área de educação devem ser tratadas de modo transversal, conjugadas com as da saúde e da área social a fim de que sejam criados programas mais eficientes e reduzir compensações no futuro.

É operacionalmente indispensável que cadastros, bases de dados e informações sejam trabalhados de forma integrada, com maior ganho no monitoramento das ações de saúde e de todas as atividades da área social. Um exemplo dessa premência de integração entre educação e saúde foram os impactos negativos, no desempenho escolar e na saúde mental de alunos e professores, que a pandemia da Covid-19 proporcionou.

Sobretudo, diante da desafiadora possibilidade de termos outras doenças epidemiológicas no futuro, o ganho de sinergia entre saúde, educação e área social permitirá com que o Brasil esteja melhor preparado e com que as pessoas que mais precisam das políticas públicas possam ser atendidas.

### **A urgência da recomposição da aprendizagem**

Milhões de crianças perderam o ano escolar quase completo em 2020 e boa parte do ano de 2021. Paralelamente à grande tragédia da perda de vidas pelo coronavírus, ocorreu a tragédia da perda de conhecimento, habilidades, oportunidades de qualificação e preparo para a vida – por parte de um grande contingente de jovens brasileiros. Uma geração inteira no Brasil perdeu uma parte significativa de sua formação.

Por isso, são urgentes a formulação e implementação de um Plano Nacional de Recomposição de Aprendizagem (PNRA), a ser levado a efeito sob a coordenação do Ministério da Educação, com a atuação decidida de Estados e municípios.

O PNRA precisará contar com uma grande rede de trabalho cooperativo e solidário, em escala nacional, com prefeitos, governadores, secretários de Educação de todos os estados e municípios, de todas as regiões. No centro dessa estratégia, uma personagem fundamental: o professor, a professora, apoiados por formação docente específica, material didático pertinente e incentivos funcionais.

É necessário ter um conjunto de políticas direcionadas para as crianças e jovens, com vistas a superar perdas e danos específicos causados pela pandemia - políticas de remediação, de atenuação de efeitos, de recuperação de conteúdo e de reconquista de habilidades socioemocionais, principalmente as habilidades que integram o ensino fundamental, pois elas são imprescindíveis à continuidade dos estudos em fases mais avançadas.

O esforço por estruturar padrões escaláveis de ensino híbrido (ensino que mescla atividades presenciais e a distância) é indispensável, além de monitorar muito de perto a evasão escolar, pondo em prática todas as ações de caráter socioeducativo que possam evitar que ela aconteça.

A recomposição da aprendizagem deverá se constituir em uma grande mobilização nacional em busca do tempo perdido.



## Capítulo 2

# Vetores Prioritários: Uma Educação a Favor do Brasil

Na construção de uma visão pragmática e propositiva, o projeto *Educação no Centro* trabalhou na indicação de cinco vetores prioritários para a educação brasileira. Cinco vetores que possam se constituir em suporte teórico e prático aos atores políticos e gestores públicos envolvidos com a educação, contribuindo com uma direção a seguir, compartilhando fundamentos para que, com a participação de muitos, possa ser desenvolvida uma plataforma nacional, estadual e local, na busca comum de uma educação de qualidade no Brasil. A intenção é de que esses vetores, além de orientar as ações fundamentais, tenham também como efeito orientar e mobilizar as energias nacionais em favor de todos os demais temas e ações correspondentes.

O objetivo é avançar na construção e na implementação de políticas públicas e na formação e na execução cuidadosa de uma agenda pública em educação, perpassando as instâncias do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os vetores consideram as áreas de concentração mais importantes para atuação política e pública nos próximos anos, ao institucionalizar e criar condições para melhorar aspectos que envolvem contextos social, financeiro e tecnológico, tais como:

- Desenvolvimento das crianças em direção a uma vida mais saudável e com mais acesso e oportunidades no futuro.
- Incorporação de elementos necessários para se atualizar na real vida profissional e vivências cotidianas dos jovens.
- Promoção de maior equidade e inclusão social por meio de políticas afirmativas diferenciadas ao longo do ciclo educacional.
- Mensuração de indicadores educacionais.
- Modernização e estabelecimento de currículo escolar nacional básico e necessário como meta-padrão a ser alcançada em médio prazo pelas escolas.
- Implementação do Novo Ensino Médio.

Os vetores estão numerados, porém não significa que haja uma ordem de importância. Eles não são estanques, mas um vetor se complementa e se soma aos demais. É preciso conectá-los e conciliá-los para trazer resultados efetivos e rápidos, de forma sistêmica.

**Entende-se que o fator central está na priorização de ações e no engajamento proativo e consciente das lideranças para construir um programa sólido de recuperação da aprendizagem e de melhoria gradativa da qualidade da educação, em todos os níveis.**

## A realidade educacional brasileira considerada

Cabe novamente enfatizar que existe um abismo de desigualdades no Brasil – regional, de renda e racial – e falhas na entrega de competências e conhecimentos básicos na educação. A pandemia de Covid-19 acentuou ainda mais essas desigualdades, além de aprofundar a defasagem de aprendizado. Por isso, é primordial um olhar atento aos dados para compreender a importância da priorização de ações e de um trabalho conjunto das lideranças em seus governos na construção de uma estratégia multidimensional e intersetorial.

Há, no Brasil, cerca de 67 milhões de pessoas com menos de 18 anos de idade (estimativa IBGE 2021), com potencial de ingressar no mercado de trabalho e na produção plena, ao mesmo tempo em que continuam a enfrentar desafios e limitações de aprendizagem, insegurança alimentar e baixo estímulo.

Somente a partir de oportunidades mais equânimes é que as crianças e os adolescentes poderão realizar seu potencial e participar plenamente na sociedade, rompendo com o ciclo de miséria e de pobreza.

O núcleo dessa transformação é a escola pública, que defendemos como instituição central desse processo. Nesse sentido, ressalta-se a importância de levar a melhor qualidade de educação às comunidades mais pobres e carentes, criando uma referência positiva para a comunidade.

A seguir, são apresentados alguns dados públicos que ajudam a embasar e a contextualizar a escolha dos cinco vetores prioritários.

## Dados e contexto da educação brasileira atual – pré-condições para os vetores prioritários

<b>Insegurança alimentar</b>	Pelo menos 50% das crianças menores de cinco anos vivem em lares com algum grau de insegurança alimentar. A insegurança grave (situação de fome) envolve 5,1% das crianças com menos de cinco anos e 7,3% das pessoas entre 15 e 17 anos.
<b>Crianças e adolescentes em trabalho infantil e relação com evasão escolar</b>	Dos jovens de 16 e 17 anos que trabalham, 76,8% estão fora da escola. Há pelo menos 1,8 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo que, dessas, 13,9% estão fora da escola (em todas as idades), e 83,4% também realizam afazeres domésticos.
<b>Crianças ainda sem acesso à educação</b>	De acordo com a Unicef (2020), 5,5 milhões de crianças e adolescentes brasileiros não têm acesso à educação. Desses, 69% são pretos ou indígenas, e 46% vivem nas regiões Norte e Nordeste.
<b>Aprendizagem e evasão escolar</b>	40% das crianças brasileiras de seis e sete anos não sabem ler nem escrever (2021) – a proporção era de 24% em 2019, e 32% em 2020 (Todos pela Educação). Há o efeito pandemia, mas não apenas isso. Ainda em 2021, 23% das crianças não haviam concluído o Ensino Fundamental, e 40% dos jovens de 19 anos não haviam concluído o Ensino Médio.
<b>Pisa – evidência de baixa proficiência e qualidade da educação</b>	70% dos jovens brasileiros estão abaixo do nível 2, que é o nível mínimo de aprendizado. Entre os adolescentes, sete em cada 10 estudantes concluem o Ensino Médio com níveis insuficientes em Português e Matemática. Dados do SAEB mostram que 34% dos jovens do Ensino Médio concluem a aprendizagem com níveis adequados em Língua Portuguesa e apenas 7% em Matemática.
<b>Desocupação e exclusão produtiva de jovens de 15 a 24 anos</b>	Entre 18 países da América Latina e do Caribe, o Brasil tem a quinta maior taxa de desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos em 2020. De 2019 para 2020, houve aumento de mais de 800 mil jovens impactados pelo desemprego. Atualmente, quase metade dos jovens brasileiros não consegue se encaixar no mercado de trabalho formal, não estuda nem trabalha e não consegue completar o Ensino Médio. Entre 18 e 24 anos, um em cada quatro jovens está desocupado no país.
<b>Poucas matrículas na Educação Técnica</b>	O Brasil tem 12,5% das matrículas do Ensino Médio na Educação Técnica, enquanto a média da OCDE é de 42% (Itaú Educação e Trabalho).
<b>Desconexão entre educação e mundo do trabalho</b>	Pesquisa do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) mostra como os jovens veem a ligação entre a escola e o mundo do trabalho: 20% não tinham apoio da escola; 30% buscavam informação sobre o futuro em aplicativos de redes sociais; 37% consideram que não têm acesso à informação dentro da escola sobre o futuro profissional; e 97% gostariam de ter apoio de pessoas experientes.
<b>Esgasez de recursos humanos qualificados</b>	Segundo pesquisa realizada pela consultoria de recursos humanos ManpowerGroup, a percepção de mão de obra qualificada no Brasil atingiu a marca de 81% dos recrutadores em 2022 – a média global é de 75%.

## Os cinco vetores prioritários: conexão e interligação entre ações

Cada vetor apresenta proposições, críveis e viáveis, que, de forma conectada e interligada, buscam gerar atenção, ações e resultados mais efetivos em políticas públicas para a educação brasileira. A função primordial desses vetores é nortear o debate público e o protagonismo político propositivo, além de oferecer um sentido ordenado à atuação de todos os atores envolvidos.



### A relação entre os cinco vetores e os quatro pontos catalisadores

Os vetores estão diretamente ligados aos pontos, que são condições de contornos institucionais para que os vetores tenham sucesso.

## Vetor 1 - Atenção à Primeira Infância e à Educação Infantil

A maior atenção à Primeira Infância, como política pública na promoção do desenvolvimento infantil adequado, e à Educação Infantil, com aumento da cobertura e da medição de qualidade, tem papel fundamental na formação e no futuro das crianças e para maior proteção social. Em política pública, o que não se mede e não se avalia não se conhece, portanto o que não se mede e não se avalia perde o caráter de política realmente pública. Em uma sociedade tão estratificada como a brasileira, é na Primeira Infância que se pode abrir uma janela de oportunidades e, por meio da educação, oferecer melhores condições a fim de interromper a possibilidade de uma trajetória de pobreza, desemprego e criminalidade.

A Primeira Infância corresponde à faixa etária do zero aos seis anos de idade e foi comprovada pela neurociência como uma das principais fases do desenvolvimento cerebral do ser humano. Ela é formada por três momentos fundamentais: do zero aos três anos, o mais relevante do desenvolvimento cerebral; os quatro anos de idade, quando a criança já apresenta mais da metade do potencial cerebral de um adulto; e os seis anos de idade, quando 90% das conexões cerebrais já estão estabelecidas. Na Primeira Infância, estudos indicam que a criança chega a fazer um milhão de conexões cerebrais por segundo. Ou seja, os recursos investidos e as ações desenvolvidas nessa faixa etária da Educação Infantil têm grande importância pelo impacto real e por potenciais resultados colhidos ao longo da vida dessas crianças. Educadores, sociólogos, pesquisadores têm observado que essa é uma via de ações e investimentos públicos que pode, por exemplo, quebrar a sequência geracional da pobreza.

Pesquisa nacional, promovida pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (Panorama Nacional da Qualidade da Educação Infantil 2022), e realizada em 12 municípios brasileiros, a partir de amostra



metodologicamente constituída, avalia a Educação Infantil como "regular" em infraestrutura (1,91 ponto em um total de 3,00 possíveis); em currículo, interações e práticas pedagógicas (1,69 em 3,00); e em equipe e gestão (1,85 em 3,00). A pontuação de 2,00 seria considerada adequada, e, acima de 2,50, o nível máximo.

Importante salientar que apenas três dos 12 municípios pesquisados atingiram nível "bom", acima de 2,00 no quesito infraestrutura, e três municípios apresentaram nível "inadequado" em currículo, interações e práticas pedagógicas, o que significa uma pontuação abaixo de 1,50.

## Proposições e prioridades

- Os estímulos recebidos na Primeira Infância têm impacto no desenvolvimento e no aprendizado no longo prazo em relação ao desempenho escolar, como também nas chances de, futuramente, empreender ou obter um emprego formal com salários mais altos no mercado de trabalho.

A **conjugação de políticas e iniciativas de atenção à Primeira Infância e à Educação Infantil com as políticas sociais e de saúde**, como, por exemplo, de transferência de renda, Estratégia de Saúde da Família, planejamento familiar, combate à fome e à desnutrição (segurança alimentar), habitação, microcrédito, profissionalização das mães, saneamento básico, possibilita uma atuação mais integrada e efetiva no desenvolvimento infantil.

- Os **critérios de priorização de oferta nas creches podem ser estabelecidos conforme o perfil das crianças atendidas**. Esse recorte socioeconômico pode ser usado tanto na área urbana quanto na rural:
  1. Crianças em situação de pobreza ou famílias beneficiárias de programa de apoio financeiro, como o Auxílio Brasil.
  2. Crianças em situação de monoparentalidade.
  3. Crianças com mães economicamente ativas ou que seriam economicamente ativas caso houvesse vaga na creche.
- **Colaboração e políticas de incentivos entre União, Estados e municípios para o cumprimento da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE)** de, no mínimo, 50% das crianças atendidas na primeira fase da Educação Infantil (zero a três anos) até 2024, buscando permanentemente a universalização nessa etapa, por meio da expansão da oferta de vagas e da frequência em escola/creche, ampliando também os serviços prestados pelas creches para além do educacional, como nutrição, vacinação e atividades culturais. **Em territórios mais vulneráveis, adotar como prioridade a implantação de creches-satélites que sejam também centros de desenvolvimento infantil e acolhimento das famílias**, para que os mais pobres e vulneráveis tenham maior acesso às creches.
- Considerando que, na Primeira Infância, a qualidade da aprendizagem deve caminhar junto com o acesso, **é necessário trabalho direcionado para a incorporação de indicadores e metas de desempenho da Educação Infantil à avaliação e à medição da qualidade da educação nacional (SAEB)**, de forma estruturada, em dimensões como infraestrutura, organização dos espaços, currículo, práticas pedagógicas, qualificação e formação continuada da equipe, gestão escolar, entre outras. Os gestores precisam de indicadores que os auxiliem a identificar a desigualdade no acesso e a demanda por creches, indo além da solicitação de vagas.

Além disso, é preciso monitorar a frequência na pré-escola, uma etapa obrigatória, que, no longo prazo, pode gerar maior possibilidade de evasão escolar e de problemas de aprendizado. Também, um indicador importante é a relação entre a oferta de creches de qualidade e o aumento de renda e empregabilidade das mulheres.

- **A construção, a adaptação e o conveniamento de novas unidades de creches precisam estar associados à demanda e à fiscalização.** Na hipótese de conveniamento com entidades sem fins lucrativos, é necessário que os gestores fiscalizem a qualidade da educação para que não seja inferior àquela realizada pela rede escolar direta. A realização de convênios com instituições privadas tem, sim, efeitos positivos no contexto de uma política de expansão da oferta de vagas, mas deve estar alicerçada firmemente em protocolos seguros de avaliação de qualidade no atendimento. A avaliação de cessão de espaços públicos para a construção de creches deve ser feita sob a perspectiva de rearranjo, adaptação e otimização da infraestrutura e de equipamentos.
- **Os programas de visitas domiciliares às famílias em vulnerabilidade,** principalmente a gestantes e a crianças de até três anos, podem trazer resultados efetivos na compreensão da importância do fortalecimento do vínculo familiar e na melhoria do desenvolvimento infantil em relação ao aumento das taxas de vacinação, ao maior planejamento familiar, à prevenção de abusos e negligências contra as crianças e à redução da ausência escolar.

A atenção decididamente prioritária à Primeira Infância voltada à Primeira Infância e à Educação Infantil fará com que uma geração de jovens possa frequentar a escola em seu ciclo completo, concluir o ensino médio, desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais, empreender, ter renda, contribuindo, assim, para o crescimento econômico e da produtividade do país. Além disso, o futuro do trabalho é bastante incerto. Há projeções de que 65% das crianças vão atuar em profissões que não existirão no futuro, e de que o ensino superior acolhe somente 23,8% dos jovens entre 18 e 24 anos que concluem o ensino médio no Brasil.

Essas constatações levam à importância do segundo vetor no processo de inserção produtiva, para que esse ciclo possa assegurar mais oportunidade de mudança positiva de vida para milhões de brasileiros.

## **Vetor 2 - Ensino Médio e Educação Profissionalizante para Inserção Produtiva**

O abandono e a evasão escolar de uma grande parcela da juventude vêm aumentando significativamente no período pós-pandemia, e uma das formas de reter e de atrair os jovens é oferecer uma escola com conteúdo conectado aos seus interesses e à realidade do trabalho, capacitando-os e gerando empregabilidade e renda, formando cidadãos e profissionais.

O mundo do trabalho demanda dos jovens uma série de competências, habilidades e conhecimento que a escola, principalmente a escola pública, em sua maior parte, não demonstra atender. As falhas do ensino médio no Brasil geraram um grande contingente de jovens que nem estudam nem trabalham (os "nem-nem") ou os sem oportunidade e sem trabalho (os "sem-sem"). A verdade é que o modelo de ensino médio vigente até a implantação da atual reforma preparava precariamente os estudantes que pretendessem entrar na Universidade e, ao mesmo tempo, não oferecia terminalidade, isto é, não os habilitava para o mercado de trabalho. Pesquisas demonstram que o sentimento de boa parte dos

jovens no país é de grande insegurança e incerteza quanto ao futuro, porque se veem na contingência de passar, em suas vidas, longos períodos sem trabalhar ou sem estudar.

## Proposições e prioridades

- **O Governo Federal tem responsabilidade na gestão e na aplicação do Novo Ensino Médio, conciliando com maior acesso à Educação Técnica e Profissionalizante por meio de política pública específica para a juventude.** O ensino médio, para isso, precisa estar equipado para uma educação que faça a ponte entre a escola, a vida dos alunos e o mundo do trabalho que propicie ciclos de aprendizagem, e reaprendizagem, a qual ofereça acesso à tecnologia, incluindo principalmente os mais vulneráveis, a partir de dados e pesquisas – e firme vontade política.
- **A gestão escolar, com o apoio do MEC, de Estados e de municípios, deve operacionalizar o Novo Ensino Médio e estruturar os currículos de modo a serem direcionados e integrados,** unindo formação geral básica com formação técnica, contando com participação efetiva do setor produtivo e desenvolvendo, no ambiente escolar, competências mais complexas, híbridas e alinhadas aos interesses e aos projetos de vida dos alunos ao trabalharem com as dimensões cognitiva, socioemocional e volitiva (motivação pessoal e inclinação profissional), voltadas à preparação para o mundo do trabalho.
- **Inclusão da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica na mensuração e na avaliação de indicadores,** como, por exemplo, a partir **do indicador de qualidade de inserção produtiva,** para apoiar a formulação de políticas públicas e o planejamento de desenvolvimento do país, de Estados e de municípios.
- **A aplicação das novas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2021,** e sua eventual revisão devem obedecer ao objetivo de aproximar o processo formativo e o setor produtivo. O conhecimento técnico será valorizado a partir de itinerários formativos flexíveis, desdobrados em áreas tecnológicas e em programas de aprendizagem profissional. No acesso ao ensino superior, essa base de conhecimento poderá garantir ao jovem recém-saído do ensino médio um *upgrade*, através, por exemplo, de um sistema de créditos.
- **Em parceria com organizações do terceiro setor, adoção de instrumento qualificado de autoavaliação da rede escolar, contando com cruzamento de informações sobre o potencial econômico local e regional, que possa ajudar os jovens a descobrirem e terem acesso a informações sobre seus interesses profissionais** e que sirva de apoio a alunos e professores para a escolha dos itinerários formativos e para supervisão e orientação dos chamados projetos de vida, de acordo com o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Promoção do debate sobre a verticalização da Educação Profissional Técnica e atenção à regulação e aos avanços na gestão dos institutos federais para **maior integração ao sistema educacional e adequação das vocações técnicas com as profissões do futuro e o novo mundo do trabalho,** como **Economia Digital, Economia Verde, Economia Criativa e Economia do Cuidado.**
- Conforme permitido pelo Fundeb, **promover parcerias com instituições públicas, fundações, autarquias, institutos federais, com o Sistema S e outras entidades empresariais e privadas em um novo sistema nacional de Ensino Técnico e Profissionalizante,** com o uso de conhecimento e infraestrutura disponíveis nessas organizações.

- **Na gestão dos Institutos Federais**, para uma maior integração ao sistema educacional e melhor adequação das vocações técnicas com as profissões do futuro e do novo mundo do trabalho (Economia Digital, Economia Verde, Economia Criativa e Economia do Cuidado, por exemplo), será **necessário promover um amplo debate sobre a nova regulação e sobre os novos avanços na área de gestão, sem deixar de lado a verticalização da educação profissional técnica que o novo modelo propõe.**
- A oferta de cursos técnicos e profissionalizantes em setores como da indústria e do agronegócio deve estar conectada ao potencial socioeconômico e ambiental do território por meio de diagnóstico da capacidade instalada da rede escolar. Por exemplo, cursos de alta complexidade, que requerem laboratórios sofisticados, que mudam em conceitos de transformação ou ficam obsoletos rapidamente podem ser oferecidos a partir de parcerias, escalando modelos bem-sucedidos.
- **Revisão da Lei de Aprendizagem**, visando à melhor formação profissional dos menores aprendizes, com aplicação prática e priorização do aprendizado de idiomas, de tecnologia e de empreendedorismo, de modo a proporcionar maior aproveitamento por parte do aluno e da empresa. Para tanto, será importante promover uma revisão cuidadosa da Lei de Aprendizagem.

A nova educação no Brasil precisa concentrar seus esforços em uma escola focada na realidade do jovem, adotando metodologias que lhe permitam entender a vida e o trabalho de uma maneira adequada com o seu tempo e lhe propiciem mais horas de aprendizagem. Buscar um modelo de escola, enfim, que vá além das disciplinas obrigatórias, interligando educação com cultura, com esporte, mantendo sempre estratégica conexão com o terceiro setor.

### Vetor 3 - Ampliação do Tempo e da Oferta da Educação Integral

Educação Integral é meta do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo que, no mínimo, 50% das escolas públicas devem oferecer educação em tempo integral, de forma a atender, pelo menos, a 25% dos alunos da Educação Básica até 2024. Em 2020, 29,5% das escolas públicas ofertavam a Educação Integral, e 12,9% das matrículas eram nessa modalidade de ensino. É importante que essa escala leve em conta, um a um, cada ente da federação, isto é, os 26 Estados, o Distrito Federal e os 5568 municípios, de modo que ninguém seja deixado para trás.

É inevitável reconhecer que a educação pública brasileira tem oferecido uma quantidade reduzida de horas de aula para os alunos, realidade que transparece claramente em diversos indicadores sociais negativos. No ensino médio, por exemplo, além da deficiência formativa, verificam-se altos índices de evasão escolar. Com a percepção de que muito pouco aprendem nos bancos escolares, estudantes de baixa renda são levados a abandonar as aulas e buscar uma inserção precoce no mercado de trabalho.

A evasão tem efeito brutal sobre produtividade e renda. O problema, identificado no Ensino Integral entre o sexto e o nono ano do ensino fundamental e no ensino médio, colabora para a baixa inserção produtiva, produtividade e renda durante o futuro ciclo produtivo do estudante.

Ao se pensar em uma educação voltada ao desenvolvimento humano para o século 21, a expectativa é de que a jornada escolar de crianças e jovens forneça ampla oportunidade de novos conhecimentos e formação com atividades práticas necessárias para o presente e para o futuro de suas vidas: estudo, trabalho, lazer e arte. A esta jornada se inclui uma sólida formação humanista.

A ampliação do horário integral tem origem na real necessidade de melhor qualificação do ensino e da aprendizagem de crianças e jovens, principalmente daqueles em condições mais vulneráveis. Estudos recentes de pesquisadores do Insper e da USP, com apoio do Instituto Natura, apontam que investir em escolas em tempo integral reduz as taxas de homicídio de jovens homens em até 50%. Além disso, o Ensino Integral traz aos municípios redução de 25% dos homicídios, aumento de 200% no saldo de empregos e aumento de 14% nas matrículas do Ensino Superior.

**Vários estudos de nível acadêmico têm demonstrado que a escola de tempo integral gera maiores salários para os formados e maior empregabilidade para as mulheres, permitindo que se alcance aquela que é uma das mais altas aspirações do Brasil moderno: a redução das desigualdades.**

## Proposições e prioridades

- Fomento e apoio do Governo Federal a Estados e municípios para expansão do tempo da Educação Integral e aumento da oferta de escolas com turno integral na Educação Básica, por meio da **reconfiguração das escolas e do cumprimento da meta 6 estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE) – Educação Integral em pelo menos 50% das escolas públicas.**
- **Reorganização da rede escolar** para a redução dos turnos múltiplos (oferta de ensino da manhã ou da noite ou da tarde) e priorização de turno integral, de acordo com a mudança da composição demográfica e da redução nas matrículas, de maneira articulada com os atores envolvidos, visando à maior eficiência. Tem havido uma queda natural e permanente das matrículas hoje nos primeiros anos do ensino fundamental. A causa é a diminuição do número de filhos, por casal, no Brasil. Respeitando as peculiaridades e necessidades dos alunos e das famílias segundo cada região ou bairro da cidade, é possível um reordenamento do horário escolar em favor dos próprios alunos.
- Planejamento da rede escolar em termos de estrutura, merenda escolar, contratação e formação de gestores e professores atreladas à expansão da carga horária para Educação Integral.
- Desenvolvimento de currículo e conteúdo pedagógico pensados para a conexão com a realidade do aluno e para o desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais e de competências socioemocionais. Isso requer atividades que envolvam experiências diversas, tais como tutoriais, orientação de estudos, clubes de protagonismo, práticas de laboratório. **A oferta derivada do Novo Ensino Médio também pode incluir disciplinas de cunho técnico, aproveitando a expansão para o Ensino Integral, por meio de incentivo a financiamentos e parcerias com o setor privado.**
- O modelo a ser adotado deve atender a requisitos mínimos e específicos de Educação Integral, como a **carga horária de sete horas e a oferta de três refeições no ambiente escolar.**
- **Busca progressiva de professores alocados em escolas com jornada de 40 horas** por semana na mesma unidade, adaptados à oferta de Ensino Integral.

Uma educação de qualidade em tempo integral demanda professores dedicados também em tempo integral. Tais professores precisarão contar com formação compatível e com o devido currículo profissional. Assim, chegamos ao quarto vetor – o determinante mais decisivo do avanço a uma maior qualidade na educação: o professor.

## Vetor 4 - Formação Inicial e Continuada dos Professores

No Brasil, há 2,2 milhões de professores na Educação Básica. A grande maioria, em torno de 80%, está nas escolas públicas. Uma Educação Básica de qualidade parte da premissa da necessidade de professores bem preparados para o ensino público, desde a formação inicial como ao longo da carreira. Isso exige formação técnica sólida conjugada com prática, que demanda estratégias, iniciativas e enfrentamento de desafios constantes em conexão com um mundo tecnológico, dinâmico, globalizado e contemporâneo.

Para isso, é necessária a implementação de uma visão sistêmica para a formação dos professores:

- (1) Como atrair e formar jovens preparados para ingressar na profissão.
- (2) Professores que saiam da universidade conectados com a realidade e preparados para os desafios da sala de aula.
- (3) E que se desenvolvam profissionalmente satisfeitos ao longo da carreira.

### Proposições e prioridades

- **A formação de professores deve envolver maior responsabilidade do Governo Federal**, ao exercer papel de liderança e coordenação na formação continuada e na formação inicial de professores, a partir de uma política de desenvolvimento profissional do professor, atrelada à política de saúde (física e mental), para que a qualidade consiga perpassar as dificuldades territoriais e as desigualdades encontradas pelo país.
- **Ampliação dos recursos financeiros destinados pelo Ministério da Educação a uma política de desenvolvimento profissional docente, associando o repasse de recursos para os Estados a uma melhoria real da qualidade do ensino.**
- **Apoio do Ministério da Educação às instituições de ensino superior públicas e privadas para reorganização do currículo**, à luz das novas diretrizes curriculares de formação de professores, e para formação nas universidades com foco no professor em sala de aula e didática.
- Políticas para atração dos melhores talentos egressos do ensino médio para a área de educação, com um **programa nacional de bolsas para estudantes de licenciatura**, a fim de que possam se dedicar integralmente à formação; e para o aumento da empregabilidade das licenciaturas (remuneração e condições de trabalho).
- A formação de profissionais nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas precisa **aumentar a sua proporção de profissionais formados na modalidade presencial**, além de **criar mais módulos presenciais nas formações por EAD**, uma vez que 61% dos concluintes estão hoje na modalidade a distância (57% de alunos da rede privada e 4% da área pública). Com um melhor sistema de incentivo e financiamento, é possível alcançar maior equilíbrio.
- **Implementação de exame nacional de ingresso na carreira de docência**, usando o Enem como exemplo, para incentivar o desenvolvimento da aptidão e do melhor desempenho durante as licenciaturas.
- No âmbito estadual, promoção da **modernização dos concursos públicos e implementação de novos planos de carreira e de programas de bolsas para estagiários de licenciatura**.

- **Elaborar um programa de formação inicial e continuada para professores de cursos técnicos e profissionalizantes, de preferência os que estejam conectados ao mundo do trabalho e às empresas locais, garantindo-lhes** permanente acesso às inovações no campo didático e pedagógico e a todas as metodologias ativas mais modernas.
- **Faculdade de Pedagogia com formação adequada às especificidades da Primeira Infância.**
- **Desenvolvimento da carreira de professor com dedicação exclusiva em tempo integral,** especialmente no Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano).
- Avaliação da possibilidade de incentivo com maior geração de recursos aos municípios em razão dos resultados de aprendizagem para **estimular a cultura de valorização da educação nos municípios.**
- Implementação de **sistema de avaliação como ferramenta de gestão para direcionar professores e diretores com melhores avaliações a escolas na periferia,** promovendo o efeito catalisador.

O quinto vetor, a seguir, trata da importância da capacitação e do desenvolvimento profissional dos gestores. São novos métodos e formas de liderança escolar, visando a uma gestão mais eficiente e compartilhada.

Aos professores deve ser dado, também, o direito de participar da gestão escolar, como agentes de mudanças e modernização, desde o planejamento de ações até o monitoramento dos resultados da escola.

## Vetor 5 - Gestão Escolar Eficiente e Seleção de Gestores

O escopo da gestão escolar é o aluno. A gestão escolar deve atuar com total atenção ao aprendizado do aluno, pensando nele como o centro da escola. Os gestores exercem papel de liderança junto a um arcabouço técnico e operacional, utilizando os recursos disponíveis de maneira eficiente com foco em indicadores finalísticos.

A evolução na gestão é um dos pilares para que a escola pública cresça em transparência e ganhe agilidade.

### Proposições e prioridades

- **Desenvolvimento de indicadores finalísticos, com menor defasagem temporal e índices de evolução da gestão e da qualidade escolar,** com possibilidade de fornecer comparações com outras escolas da mesma rede ou de redes escolares distintas.
- Com o engajamento de diversos atores (comunidade escolar, famílias, professores, coordenação pedagógica), **a gestão escolar deve desenvolver ações e ter planejamento estratégico baseado em metas,** como, por exemplo, melhoria em índices como IDEB e Prova Brasil, notas dadas pelos professores, redução de evasão escolar, aumento do número de alunos que concluem o Ensino Médio dentro da idade esperada, ingresso no Ensino Superior e no mercado de trabalho, salários e possibilidade de emprego formal.
- Nos âmbitos estadual e municipal, **as Secretarias de Educação podem se organizar para estabelecer programa de comunicação, de conexão e de diálogo frequente com professores e direção escolar,** por meio de canais abertos (*chats*, aplicativos) para suporte e maior transparência às ações, fortalecendo as relações no ambiente escolar

- Implementação de **mecanismos de avaliação e gestão de recursos humanos, professores e diretores escolares**, com efetividade e praticidade de implantação.
- **Desenvolvimento da carreira de gestão escolar** com indução por meio de incentivo e apoio técnico.
- Promover debate sobre a possibilidade de criação de turmas homogêneas em sala de aula, de acordo com o nível de aprendizagem, conforme adotado em países da Europa e nos Estados Unidos.
- **Implantação de sistemas de incentivo e responsabilização para municípios** que apresentem baixo avanço na aprendizagem.
- **A gestão escolar para uma educação inclusiva deve ser tratada de forma transversal**, contemplada nos programas de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Escalar boas práticas e adotar metodologias e soluções de gestão desenvolvidas por entidades e organismos especializados, através de parcerias público-privadas, em situações específicas**, possibilitando a elas o ganho de escala nacional na Educação Pública.





## Capítulo 3

### **A Educação como Solução**

Por meio do projeto *Educação no Centro*, a Fundação Ulysses Guimarães assume uma posição de comprometimento público em tornar ainda mais evidente o valor estratégico da educação neste momento do país. Procuramos apresentar, neste documento, os fundamentos sobre os quais repousamos nossas esperanças e nossa convicção, o que entendemos ser essencial para avançar em uma trajetória de retomada pós-pandemia e na busca consistente por maior qualidade na educação pública oferecida no Brasil.

Reconhecer que é necessário encontrar soluções para os desafios é o primeiro passo. Ao trazer exemplos de boas práticas, nacionais e internacionais, e propostas factíveis para a educação brasileira, com priorização, espera-se contribuir para tornar o país um ambiente mais próspero, socialmente justo, sustentável e saudável para todos.

As políticas públicas em educação precisam estar conectadas à realidade desafiadora local e regional e interligadas com as demais políticas e agendas de desenvolvimento do país, como econômica, social, de inovação, tecnológica, ambiental e de segurança alimentar. Responsabilidades devem ser atribuídas a cada agente público, a cada agente político e ao conjunto desses atores, incluída sempre a necessária medição de qualidade.

Uma área tão importante, em função de seu excepcional valor estratégico, não pode ser marcada pela instabilidade, por sucessivos atrasos e retrocessos, por desgastes e disputas políticas, com a presença de formas negacionistas que embutem doutrinação ou descontinuidade,

ao não dar sequência aos projetos de valor existentes, promovendo a interrupção pura e simples, por razões de vaidade pessoal ou mesquinhez política, de projetos de administrações anteriores.

É preciso reação aos retrocessos e união entre os entes – Governo Federal, Estados e municípios – para interagir juntos. A Fundação Ulysses Guimarães deplora o retrocesso. Educação é assunto sério, e todos devem estar envolvidos para alcançar um sistema educacional mais produtivo, empreendedor, transformador de vidas. Todos podem ser protagonistas de mudanças positivas pelo desenvolvimento da educação e pelo futuro do Brasil.

A seguir, são apresentados alguns dos mais emblemáticos exemplos de boas práticas que vêm sendo implementados em estados e cidades brasileiras. Procuramos alinhar aqui abordagens e experiências em políticas educacionais de governos que, no exterior, se definem como próximos ao centro democrático e que acreditam que a atenção e os recursos aplicados em educação são um meio para melhorar a igualdade de oportunidades e contribuir para o crescimento econômico do país.

## Boas práticas nacionais: Modelos escaláveis

Em todas as regiões do Brasil, há boas experiências estaduais e municipais a se seguir e com potencial de escalar nacionalmente – desde implementação de políticas públicas, projetos e modelos efetivos de indicadores de monitoramento de resultados até mudanças na gestão escolar e na preparação para o mercado de trabalho. São ilhas de excelência, inovadoras, que precisam se espalhar pelo país, buscando alternativas que devem ser pensadas e executadas de modo que o governo seja indutor de escala e impacto de boas práticas.

Ponto ressaltado por grande parte das pessoas que lideram iniciativas bem-sucedidas é a urgência em resolver, de fato, as questões estruturais, com mudanças sistêmicas e respostas profundas, em contraposição ao agravamento da crise da educação brasileira que se dá a partir da adoção de subterfúgios e soluções superficiais.

Algumas soluções também podem ser criadas por meio de parcerias com especialistas, aproximando governo e setor privado, com respaldo técnico e pedagógico, e trazendo formas de inovar por meio de startups, como as *edtechs* – empresas que criam soluções inovadoras na área da educação com o uso da tecnologia.

A grande maioria das boas práticas, destacadas em vários estudos nacionais, como se poderá observar a seguir, identifica-se com os vetores apresentados no Capítulo 2.

## Destaque para algumas práticas nacionais na educação, vinculadas aos vetores:

Práticas	Implicação estratégica para os vetores
Etec e Fatec – Centro Paula Souza (SP)	Em São Paulo, 220 Etecs e 66 Fatecs são exemplos de inserção produtiva. Oferecem cursos para alunos do Ensino Médio, formando técnicos, e também formam tecnólogos, com índices de empregabilidade de 72 a 88%.
ICMS Educação – Ceará	O estado do Ceará, a partir de 2007, alterou a Lei de Repasse do ICMS, aumentando a quota-parte dos municípios que apresentavam melhoria nos índices de educação.

<b>Práticas</b>	<b>Implicação estratégica para os vetores</b>
Creches – Boa Vista (RR)	Na cidade de Boa Vista, em Roraima, eliminou-se a demanda reprimida na Educação Infantil após os dois anos de idade, a partir da priorização dessa faixa etária.
Primeira Infância Melhor – Rio Grande do Sul	O programa integrado para a Primeira Infância foi implantado no Rio Grande do Sul a partir de 2006, buscando assistência integral a famílias, crianças e gestantes. O modelo foi inspiração para programas nacionais com a mesma finalidade.
Formação de professores e gestão de Secretaria – Espírito Santo	O Estado inovou ao investir na formação de professores, buscar o aprofundamento das rotinas de gestão escolar e alocar os melhores professores e profissionais em escolas da periferia.
Compaz – Recife (PE)	As unidades do Compaz, fábrica de cidadania, exemplificam as políticas sociais complementares e a abordagem múltipla que cumprem importante função na educação – segurança pública, esporte, lazer, cultura, atividades lúdicas e inclusão produtiva –, especialmente junto a crianças e jovens em risco social.
PPPs e formação de professores – Belo Horizonte (MG)	A cidade de Belo Horizonte investe na formação de professores e busca o modelo de Parcerias Público-Privadas em escolas públicas, para atendimento a determinadas situações, gestão patrimonial, gestão de escolas, manutenção.

Estudo abrangente sobre melhores práticas e referências de educação no Brasil foi realizado pelo Todos pela Educação, o *Educação que Dá Certo*, com análise aprofundada de ações em várias questões ligadas aos vetores apresentados neste documento.

<https://educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br/>

## **Experiências internacionais: Uma visão ampliada sobre a educação**

Ideias e experiências bem-sucedidas em outros países e governos podem inspirar a educação brasileira, levando, é claro, sempre em conta contextos sociais, econômicos e culturais, considerando particularidades, demografia, volume de recursos e todos os aspectos inerentes a cada um.

Novos formatos de plataformas e proposições se apresentam globalmente em governos democráticos. No exterior, os partidos políticos alinhados ao centro democrático se organizam e dispõem a educação como pauta-chave na estrutura democrática e no processo pelo qual a prática política está evoluindo ao passo das mudanças na cultura, na economia e na tecnologia; e como a educação e sua qualidade estão intrinsecamente ligadas à estabilidade e ao nível de desenvolvimento humano dos países e às suas democracias, em um momento de revisão global de conceitos. A solução "educação" diante das questões do desenvolvimento humano e econômico é mundialmente consensual. O desafio é como fazer, como incluir, que meios e práticas adotar – principalmente em países como o Brasil, onde são tão marcantes as diferenças econômicas e sociais.

Um tema recorrente envolvendo a educação é a necessidade de governança dos recursos. A gestão voltada às competências para o desenvolvimento no século 21, somada a uma mudança de atitude governamental, muito mais consciente e aberta ao diálogo, muito mais disposta a ouvir diferentes grupos de pessoas e suas diferentes realidades – essa é a tendência do nosso tempo, no mundo. Se há um posicionamento consolidado entre as nações mais democráticas e desenvolvidas do mundo, é o de que: 1º) o volume de recursos aplicados em educação precisa ser traduzido em aprendizagem; e 2º) a melhoria da qualidade da educação não pode deixar de ser claramente medida e corretamente avaliada.

Tecnologia e inclusão digital, formação de professores e geração de oportunidades são outros temas presentes, além da ênfase na recuperação da aprendizagem dos estudantes em idade escolar pós-pandemia.

É importante atentar para certo cuidado na relativização da adoção de práticas internacionais, uma vez que o caso brasileiro, em sua complexidade, abrangência e tamanho da importância para o país, tem aspectos únicos e específicos.

A análise de exemplos internacionais serve principalmente para entender o sentido organizacional, estratégico, de governança da educação e de como é preciso e possível evoluir de política pública para **causa e mobilização nacional**.

## Boas práticas internacionais: Governos

País	Estratégia/boa prática de educação
<b>Índia</b>	Divulgou a NEP 2020 (Nova Política Nacional de Educação), reformulando a base educacional indiana. O sistema de educação/formação profissional (EFP) prevê a qualificação de 400 milhões de pessoas. O objetivo principal é melhorar a qualidade da educação. Em 2018, 73% dos alunos do oitavo ano não podiam ler além do material do segundo ano, e 44% conseguiram resolver somente questões de aritmética básica. Reformas anteriores não funcionaram, pois não envolviam recursos, alimentação e programas sociais de forma suficiente.
<b>Reino Unido</b>	A nova política educacional, aprovada em 2018, está baseada no aprendizado ( <i>Get Children Learning</i> ). Pesquisas indicavam que o nível de aprendizado durante o processo educacional estava em queda, mesmo com investimentos altos. A estratégia está diretamente ligada à manutenção e ao ganho de produtividade e competitividade do Reino Unido.
<b>Argentina</b>	<i>Progresar</i> é uma estratégia que envolve ações na educação, buscando especialmente a inclusão produtiva. Reúne bolsas de estudo para a faixa de 16 e 17 anos, e criação de três níveis: trabalho, obrigatório (ensino médio) e nível superior. O foco é a inserção do jovem no primeiro emprego.
<b>Espanha</b>	Nova Lei da Educação e Pacto Educativo (2019) – <i>Acuerdo Social y Político por la Educación</i> . A cultura política de pacto, que funcionou bem na Espanha em vários momentos desde o final dos anos 1970, procura levar a educação além da política pública e da legislação, fazendo com que a iniciativa se perpetue na sociedade e tenha continuidade como política de Estado que está acima da alternância de governos.

País	Estratégia/boa prática de educação
<b>Coreia do Sul</b>	O destaque é a estrutura do ensino médio, como resultado de um processo de aprimoramento que vem desde os anos 1980. O ensino técnico no nível médio é praticamente universalizado, sendo que existem 60 propostas diferentes de cursos que podem compor o currículo, conforme o perfil do aluno.
<b>Alemanha</b>	Ensino técnico considerado como uma das referências mundiais, é baseado no modelo de ensino dual, em que os alunos, durante o curso profissionalizante, já têm contato com empresas, sem risco à sua integridade física e à produtividade. É um processo de educação técnica continuada entre o ambiente escolar e o ambiente empresarial.

## Boas práticas internacionais: Partidos políticos

A educação tem sido objeto de formulação e de discussão e tem participado com cada vez maior importância da plataforma dos partidos políticos nas maiores democracias do mundo, especialmente daqueles que pertencem ao amplo espectro político de centro.

País	Estratégia/boa prática de educação
<b>França – En Marche</b>	Política permanente de educação, com defesa da escola como instituição. Somente a educação pode garantir a coesão social e a prosperidade da França, oferecer a todos a possibilidade de se realizarem graças a uma escola mais justa e mais preocupada com o apoio e a orientação de cada aluno. A escola é o pilar da promessa de igualdade da República Francesa.
<b>Canadá – Partido Liberal</b>	Está focado na melhoria da qualidade da educação, passando a se preocupar também com os ciclos antes e depois da aula. Proposta para que o Canadá contrate 10 mil novos professores para adotar a estratégia de sala de aula com até 20 alunos, para maior personalização e recuperação no período pós-Covid-19.
<b>Argentina – União Cívica Radical</b>	Educação faz parte da plataforma permanente <i>Cambiamos</i> , enfatizando a necessidade de aumento de cobertura da educação infantil a partir de três anos de idade, o cumprimento dos requisitos curriculares em todo o território argentino, e a defesa da escola pública gratuita e de qualidade.
<b>Espanha - PSOE</b>	Busca uma educação inclusiva e personalizada, com maior peso sobre a formação profissional. Defende orçamento crescente para educação, com mais opções e aumento de bolsas de estudo.
<b>Estados Unidos – Partido Democrata</b>	O principal ponto do programa é combater as desigualdades no sistema educacional de acordo com a região do país, ou mesmo vizinhança dentro da mesma cidade.

## **Educação no Centro é uma Plataforma Aberta**

O projeto *Educação no Centro* busca conectar a prática política ao foco na política pública e na ação pela melhoria da qualidade e do impacto positivo da educação no Brasil. É contribuição para discussão direta e objetiva no âmbito político-partidário.





## Agradecimentos

A Fundação Ulysses Guimarães agradece a colaboração e a participação, direta ou indireta, de todos que dedicaram parte do seu tempo para debater e dialogar o tema da educação no projeto *Educação no Centro* com a afirmação:

**Todos devem ser agentes da transformação e fazer parte da solução em um movimento de reconstrução da educação pública nacional. A educação é um instrumento de cidadania e um direito de todos à prosperidade.**

## Referências

- Uma Ponte para o Futuro*, Fundação Ulysses Guimarães e MDB, 2015.
- Esperança e Mudança*, MDB, 1981.
- Democracia e Desenvolvimento*, MDB, 1996.
- Claudio de Moura e Castro. *Educação Brasileira - Consertos e Remendos*. Editora Rocco, 2007.
- Antônio Gois. *Quatro décadas de gestão educacional no Brasil - Políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros*. Fundação Santillana e Instituto Unibanco, 2018.
- Universidade Federal de Santa Maria - História da Educação Brasileira - 2º Semestre - Centro de Educação - Curso de Pós-Graduação em Pedagogia, 2010.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Estatísticas da Educação Básica no Brasil, 1996*.
- Moema G.B. Fígoli. *Evolução da educação no Brasil: uma análise das taxas entre 1970 e 2000 segundo o grau da última série concluída*. Revista Brasileira de Estudos da População, v.23, n.1, p.129-150, janeiro/junho 2006
- Todos pela Educação. *Nota técnica: Panorama dos concluintes em cursos de formação inicial de professores*. São Paulo, 2022.
- Todos pela Educação. *Educação Já - Contribuições para a Construção de uma Agenda Sistêmica na Educação Básica Brasileira*. São Paulo, 2022.
- Fundação Lemann. *Cenário da alfabetização no Brasil & Caminhos*, maio de 2022.
- Todos pela Educação (2021). *Educação que dá certo*. São Paulo: Todos pela Educação. <https://educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br/>
- Verch, K. *Primeira Infância Melhor*. Transformando a atenção aos primeiros anos na América Latina: desafios e conquistas de uma política pública no sul do Brasil. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2017.
- Fundação ABRINQ. *Um Retrato da Infância e Adolescência no Brasil*, São Paulo, 2022.
- AGENDA 227. *Plano País para a Infância e Adolescência*, São Paulo, 2022.
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. *Avaliação da Qualidade da Educação Infantil - Um Retrato Pós-BNCC, parceria com LEPES-USP*. São Paulo, 2022.
- Instituto Península. *Atratividade da carreira docente no Brasil*, 2021.
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. *Primeira Infância - Primeiro*. Consultas ao site: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>
- Naércio Menezes Filho. *Importância da Primeira Infância*, maio de 2022.
- Bacalhau, Priscila. *Gestão educacional no Brasil. Nexo Políticas Públicas, 2020/2021*.
- Instituto Natura. *Ensino Médio Integral - Resumo Executivo*, maio de 2022.
- Instituto Ayrton Senna. *Escola-Mundo-Mundo do Trabalho. Educação para a Vida*, maio de 2022.
- Núcleo Ciência pela Infância (NCPI). Consultas ao site: <https://ncpi.org.br/publicacoes/>
- Observatório Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Consultas ao site: <https://observatorioept.org.br/conteudos/publicacoes>
- The Heckman. *The economics of human potential*. Consultas ao site: <https://heckmanequation.org/>
- Relatório "The future of jobs", World Economic Forum, 2020.



## Créditos

### **Presidente do MDB**

Baleia Rossi

### **Presidente da Fundação Ulysses Guimarães**

Alceu Moreira

### **Presidente do Conselho Curador da Fundação Ulysses Guimarães**

Moreira Franco

### **Presidente do Conselho Editorial da Fundação Ulysses Guimarães**

José Fogaça

### **Grupo de Trabalho do Projeto *Educação no Centro***

José Fogaça (Coordenação-Geral)

Lelo Coimbra

Susana Kakuta

Elisiane da Silva

Luis Felipe Loro

### **Pesquisa, Formulação e Conteúdo**

Gustavo Grisa

Renata de Carvalho Rodrigues

### **Secretário Executivo da Fundação Ulysses Guimarães**

Guto Scherer

### **Comunicação Social Fundação Ulysses Guimarães**

Thatiana Souza

Sâmia Collodetti

Rodrigo Mallmann

### **Projeto e Edição Gráfica**

Maria Fernanda Milão Fuscaldo

### **Atendimento e Produção**

Magali Barbiani

Silvia Lago

Eliane Iensen

### **Revisão textual**

Press Revisão

### **Fotos**

Klaus Vedfelt, kate\_sept2004, FatCamera, LumiNola, Dobrila Vignjevic e xavierarnau pela Getty Images

**Data da publicação: agosto de 2022**

FUNDAÇÃO  
**ULYSSES**  
GUIMARÃES



#PONTODEEQUILÍBRIO

